



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0012170-67.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Injúria**
 Documento de Origem: **TC - 130/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **DENISE CRISTINA DA CRUZ**
 Vítima: **Deonir Tofollo**

Aos 26 de novembro de 2014, às 14:01h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autora do fato DENISE CRISTINA DA CRUZ. Presente o Drº **Gustavo Luis de Oliveira Zamprinho - Promotor de Justiça Substituto**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento da autora dos fatos, acompanhada de defensor, a Drª **Gislene Moura Sousa – OAB 321269/SP**. Presente a vítima, acompanhada de defensor, o Drº **Paulo Máximo Diniz – OAB 272734/SP**. **Inexistiu reconciliação, nos termos do artigo 520 do CPP. Inexistiu composição civil.** A seguir, tratando-se de ação penal privada pela vítima e seu defensor, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: Considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais). **Pela autora da infração e defensora foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pela vítima e defensor. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. A vítima e defensor propuseram a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais). Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, **HOMOLOGO A TRANSAÇÃO** e aplico a autora do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), **mediante depósito judicial, nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento.** A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensores:

Autor(a):

Vítima: